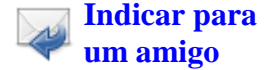


Saúde: Câmara recebe denúncia de fraude em Processo Seletivo

01/03/2011



A indicação de nº 053/2011, ganhou quatro assinaturas: a do vice presidente da Câmara, vereador Luis Eduardo (PDT), do secretário da Mesa Diretora, vereador Antônio Elias (PMDB), do vereador João Januário (PSDC), e da vereadora, Cristina Fontes (DEM), presidente da comissão de Saúde, da Câmara de Viçosa..

O prefeito municipal, tem agora, quinze dias para responder acerca das supostas irregularidades noticiadas por candidatos que se submeteram ao processo seletivo do Edital nº 002/2011, realizado em 6 de fevereiro de 2011, para preencher vagas para cargos disponíveis do quadro de pessoal da administração, na área da saúde.

Uma correspondência foi encaminhada ao chefe do departamento Financeiro da Prefeitura de Viçosa e ao gerente do Instituto Brasileiro de Defesa aos Direitos Constitucionais (IBDDC), assinada pelos candidatos, que se dizem prejudicados no processo, relatando as supostas irregularidades, solicitando a manifestação da Prefeitura e da IBDDC, sobre os fatos narrados.

Na terça-feira, 1º, esses mesmos candidatos procuraram a comissão de Saúde, da Câmara, para formalizar as denúncias. Durante a reunião ordinária, realizada nessa mesma data, a presidente da Comissão utilizou a Tribuna Livre para comunicar o recebimento de um documento que relata os indícios de fraudes e ilicitudes no processo seletivo.

Segundo Cristina Fontes, as denúncias vão desde o Edital, passando pela realização do Concurso, até a classificação: “a Câmara recebeu as denúncias e imediatamente tomou as providências necessárias. A comissão vai aguardar a manifestação por parte do Executivo”.

Dentre as denúncias feitas estão: rasura na lista de presença no dia da prova, com documentos de identidade incompatíveis com os nomes dos candidatos; empresa responsável (IBDDC) sem contato eletrônico e ou telefone fixo ou móvel para informação; provas sem identificação nominal e documental; ausência de licitação da empresa responsável pelo concurso; atraso e desorganização, com candidatos, em salas não especificadas; fornecimento de gabarito extra, e ausência de notas.

As denúncias estão também no Ministério Público.